

# **Impacto da crise do subprime na provisão do risco de crédito dos maiores bancos nacionais**

**Adriana Kroenke** (FURB) - akroenke@al.furb.br

**Ari Söthe** (FURB) - ari\_sothe@yahoo.com.br

**Jorge Ribeiro de Toledo Filho** (FURB) - profতোledo@sigmanet.com.br

## **Resumo:**

*As instituições financeiras estão diretamente expostas ao risco de crédito que é o risco de o tomador não cumprir com suas obrigações, ou seja, com o pagamento nos seus prazos estabelecidos previamente. Para tanto, os bancos fazem as provisões para risco de crédito. Em 2006/2007 houve o impacto de uma nova crise financeira conhecida como a crise do subprime. O objetivo deste estudo é verificar se as provisões para risco de crédito ou liquidação duvidosa aumentaram após o surgimento dessa crise nos dez maiores bancos nacionais, selecionados de acordo com os seus ativos totais. Para responder a essa questão, foram analisados os balanços patrimoniais de cada um dos dez bancos no período de 2005 a 2007. Esta pesquisa se caracteriza, quanto aos objetivos, como descritiva e quanto aos procedimentos como documental. Quanto à abordagem caracteriza-se como qualitativa. Os resultados apontam que a crise do subprime gerou pouco impacto na provisão dos riscos de crédito das instituições analisadas. Identificou-se um ligeiro aumento nos índices de provisão no auge da crise em 2006 e diminuíram novamente estes percentuais em 2007, sendo reflexo da estabilidade econômica do país e da estagnação da crise do subprime, pelo menos em seu reflexo no Brasil.*

**Palavras-chave:** Bancos. Risco de crédito. Crise subprime.

**Área temática:** Controladoria

## **Impacto da crise do *subprime* na provisão do risco de crédito dos maiores bancos nacionais**

### **Resumo**

As instituições financeiras estão diretamente expostas ao risco de crédito que é o risco de o tomador não cumprir com suas obrigações, ou seja, com o pagamento nos seus prazos estabelecidos previamente. Para tanto, os bancos fazem as provisões para risco de crédito. Em 2006/2007 houve o impacto de uma nova crise financeira conhecida como a crise do *subprime*. O objetivo deste estudo é verificar se as provisões para risco de crédito ou liquidação duvidosa aumentaram após o surgimento dessa crise nos dez maiores bancos nacionais, selecionados de acordo com os seus ativos totais. Para responder a essa questão, foram analisados os balanços patrimoniais de cada um dos dez bancos no período de 2005 a 2007. Esta pesquisa se caracteriza, quanto aos objetivos, como descritiva e quanto aos procedimentos como documental. Quanto à abordagem caracteriza-se como qualitativa. Os resultados apontam que a crise do *subprime* gerou pouco impacto na provisão dos riscos de crédito das instituições analisadas. Identificou-se um ligeiro aumento nos índices de provisão no auge da crise em 2006 e diminuíram novamente estes percentuais em 2007, sendo reflexo da estabilidade econômica do país e da estagnação da crise do *subprime*, pelo menos em seu reflexo no Brasil.

Palavras-chave: Bancos. Risco de crédito. Crise *subprime*.

Área temática: Controladoria

### **1 Introdução**

Fazendo uma análise através dos tempos é possível perceber que tudo evolui constantemente. Essa evolução se dá em função de vários aspectos como, por exemplo, o pensamento humano. A cada dia que se passa a humanidade está à procura de melhores condições de vida. Isto impulsiona para o desenvolvimento humano geral e de todos os setores da economia, inclusive o desenvolvimento das instituições financeiras, pois são elas que estão presentes no dia-a-dia da população para auxiliar esse processo oferecendo seus serviços.

Por meio do desenvolvimento da sociedade os bancos se obrigam a prestar mais serviços e principalmente serviços de qualidade, sendo um deles, empréstimos ou financiamentos, ou seja, a concessão de crédito. De acordo com Silva (1988, p. 22) “conceder crédito, numa empresa comercial, industrial ou agrícola, significa vender seus produtos transferindo a posse deles mediante promessa de pagamento futuro”.

É importante destacar que durante o processo de concessão de crédito podem ocorrer eventos inesperados, fazendo com que não se possa cumprir com prazos determinados. Portanto, é necessário que se tenha consciência deste fato, gerenciando este risco. Para tanto os bancos fazem provisões para risco de crédito.

Marion (1998) destaca que a legislação do imposto de renda estabelece que a provisão de créditos de liquidação duvidosa (neste trabalho denominado provisão de riscos de crédito) será a suficiente para absorver as perdas prováveis que ocorrerão no recebimento dos créditos existentes ao fim de cada período.

Desta forma o mesmo autor (1998, p. 244) complementa que “o parâmetro aceito é a porcentagem obtida, nos últimos três anos, entre duplicatas não liquidadas e o total das duplicatas a receber no final desses 3 anos”.

Assim, a provisão de riscos de crédito leva em consideração eventos futuros que podem gerar inadimplência e comportamentos históricos das carteiras de clientes.

A economia mundial sofreu um crescimento considerável e crises econômicas ocorreram e ainda ocorrem. Conforme a Resenha BM&F (2008), em 1987 ocorreu a crise denominada como outubro negro, na qual o Índice Dow Jones caiu 22%, em 1997 ocorreu a crise da Ásia, em 1998 a crise da Rússia, em 1999 ocorreu uma crise no Brasil caracterizada pela mega-desvalorização do Real e, em 2004 a crise da Argentina. Atualmente, se arrasta desde 2007 a crise do *subprime* que se caracteriza pela supervalorização e posterior desvalorização dos imóveis nos Estados Unidos.

De acordo com Greenspan (2008) “a atual crise financeira nos Estados Unidos provavelmente será vista em retrospecto como a mais dolorosa depois da 2ª Guerra Mundial (1939-45)”.

Diante do que foi apresentado, este artigo tem como objetivo verificar se as provisões para risco de crédito ou liquidação duvidosa aumentaram após a crise do *subprime* em 2007 nos dez maiores bancos nacionais.

Para esse efeito realizou-se um estudo documental nos relatórios de administração de cada um dos dez bancos selecionados. Foram analisados os balanços patrimoniais de 2005, 2006 e 2007. Este estudo verifica a posição dos dez maiores bancos nacionais em relação ao risco de crédito após a crise do *subprime* bem como sua preocupação com os efeitos desta crise. Desta forma, é possível verificar qual o impacto nas provisões para risco de crédito nos dez maiores bancos brasileiros.

## 2 Fundamentação teórica

Neste tópico será apresentado um referencial teórico trazendo definições indispensáveis para que o leitor possa se situar diante do tema pesquisado. Este referencial abrange conceitos de crédito e risco de crédito, apresenta o mercado de crédito bancário, o acordo de Basileia e a crise do *subprime*.

### 2.1 Crédito e risco de crédito

Crédito significa colocar um determinado valor à disposição de outra pessoa, ou seja, um tomador desses recursos sob a forma de empréstimo ou também conhecido como financiamento. Este é realizado com o compromisso de pagamento em data futura.

Schrickel (1991, p. 27) afirma que “pelo fato desta concessão patrimonial envolver expectativas quanto ao recebimento de volta da parte concedida, é imperativo reconhecer que a qualquer crédito está associada à noção de risco”.

Ao realizar um empréstimo pressupõe-se que o indivíduo cumpra os prazos estabelecidos, porém, há um risco atrelado ao processo de concessão de empréstimo de que o indivíduo por algum motivo não cumpra os prazos, o que torna a dívida maior.

Júnior, Rigo e Cherobim (2002, p. 443) atentam que “conceder crédito implica proceder o recebimento do valor do crédito em época futura, o que torna necessária a emissão de documento que será o instrumento de cobrança”.

É indispensável que o indivíduo que concede o empréstimo tenha alguma garantia que o permita cobrar posteriormente o valor concedido em caso de inadimplência, e essa garantia é justamente um documento elaborado e assinado no ato da concessão do crédito.

Risco de crédito segundo Crouhy, Galai e Mark (2004, p. 34) “é o risco de que uma mudança na qualidade do crédito de uma contraparte afetará o valor da posição de um banco”. O risco de crédito ocorre quando se trata de um ativo, ou seja, quando o valor de reposição é positivo.

Conforme Caouette et al. (1999) o risco de crédito é a possibilidade de que o cumprimento destes prazos não ocorra, ou seja, há a possibilidade de incorrer em perdas quando as obrigações do tomador não são liquidadas nos prazos pactuados.

Marshall (2002, p. 19) afirma que “risco de crédito são flutuações de valores de lucro líquido ou ativo líquido resultantes de um determinado tipo de evento externo a inadimplência de uma contraparte, de um fornecedor ou de um tomador”.

Saunders (2000, p. 102) destaca que “há risco de crédito porque os fluxos de caixa prometidos pelos títulos primários possuídos por IFs podem não ser pagos integralmente”. Ou seja, existe a possibilidade de não retornar à concedente o valor acordado.

O risco de crédito se materializa por meio da provisão para perdas com clientes que se configura pela incerteza do pagamento pelo devedor (HENDRIKSEN e VAN BREDA, 2007). apresentam duas formas de tratamento destas perdas, o *método direto* onde as contas não recebidas são contabilizadas no resultado e o *método de provisão* onde se constitui uma conta de redução do valor dos direitos não recebidos.

Destacam Hendriksen e Van Breda (1999, p. 347) que “no *método de provisão*, a receita é ajustada com a abertura de uma conta de avaliação denominada *provisão para devedores duvidosos*”. Esta metodologia pressupõe que um percentual dos devedores não realizará o pagamento, reduzindo-se assim o saldo dos créditos por meio da conta provisão para devedores duvidosos.

Hendriksen e Van Breda (2007, p. 347) “A estimativa da provisão para devedores duvidosos é mais precisa quando se baseia na idade e nas características das contas que ainda não foram pagas na data do balanço e nas probabilidades estimadas de pagamento”. É importante uma análise dos créditos a curto e longo prazo, merecendo uma separação entre valores vencidos, a vencer a curto e longo prazo e as características individuais de cada modalidade de crédito.

Para Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 97) “a apuração do valor da provisão pode variar, pois cada empresa pode ter aspectos peculiares a respeito de seus clientes, ramo de negócios, situação do crédito em geral e a própria conjuntura econômica do momento”. Todos os fatores devem ser reconhecidos para uma estimativa adequada dos valores a serem provisionados.

Conforme Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003, p. 98) “as instituições financeiras são as entidades que possuem maior exposição ao risco de crédito por causa de suas atividades operacionais”.

Na formação da conta provisão para créditos de liquidação duvidosa é necessário que seja constituída por meio de uma análise detalhada e criteriosa dos valores que compõem carteira de crédito da empresa. “Tais critérios são excelente instrumento de gerenciamento da PCLD de quaisquer sociedades, não só as Instituições Financeiras, desde que com valores relevantes de contas a receber em seus ativos”.

O Banco Central do Brasil em por meio de sua Resolução Nº 2.682/1999, “dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa”.

Por meio desta resolução o Banco Central determina a classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco, enquadrando as operações em oito níveis de risco, sendo constituídos os créditos de liquidação duvidosa de acordo com o nível em que se enquadra cada carteira. Desta forma os oito níveis os riscos variam de 0,5% a 100% sendo necessário

que a instituição efetue a provisão sobre cada crédito de acordo com o nível e percentual que se enquadra.

## 2.2 Mercado de crédito bancário

A gestão de risco de crédito vem demonstrando sua importância com o passar do tempo, pois crédito, conforme Santos (2000, p. 15) “é definido como a modalidade de financiamento destinada a possibilitar a realização de transações comerciais entre empresas e seus clientes”.

O crescimento da economia mundial impulsionou para a aceleração de investimentos e conseqüentemente para concessão de crédito. Essas mudanças na economia também levam à inadimplência que tornam as instituições financeiras frágeis. O Comitê de Basileia sobre Supervisão Bancária aponta que a “fragilidade no sistema bancário de um país, seja em desenvolvimento ou desenvolvido, pode ameaçar a instabilidade financeira tanto do país quanto internacionalmente”. (BCBS, 1997, p. 1).

Os bancos têm como atividade principal intermediar recursos. Segundo Santos (2000) captam recursos de seus clientes e do mercado e posteriormente sob forma de empréstimos repassam estes recursos com os quais realizam seus ganhos. Com esse processo existe o risco quanto ao não recebimento destes empréstimos pela concessão de crédito para clientes de alto risco.

De acordo com Crouhy, Galai e Mark (2004, p. 31) “é verdade que durante muitos anos os bancos concentraram seus esforços na avaliação do risco de crédito.” Agências de classificação, como a Moody’s e a Standard & Poor’s, eram contratadas para avaliar a qualidade de crédito de grandes empresas que solicitavam empréstimos”.

Conforme Santos (2000) em 1994 com a implantação do Plano Real, os bancos passaram a se ajustar a uma nova realidade econômica em decorrência de uma queda inflacionária. Como conseqüência houve um aumento na concessão de empréstimos que possibilitaria a obtenção de maiores retornos aos bancos, mas desta forma houve uma maior exposição ao risco, o que tornou a análise e o gerenciamento do risco de crédito de fundamental importância para minimizar as perdas.

No caso de pessoas físicas de acordo com o mesmo autor “os exemplos mais tradicionais de crédito são os limites rotativos (cheque especial e cartão de crédito), o contrato de empréstimo, o crédito direto ao consumidor, o crédito imobiliário, e o *leasing*”.

Para fins empresariais, o autor destaca contratos de capital de giro, vendor, adiantamento sobre contratos de câmbio, adiantamento sobre cambiais entregues, financiamento à importação, resolução 63 (recursos captados do exterior), *leasing* e empréstimos do BNDES.

É normal que as instituições financeiras concedam estes créditos é necessário mediante a apresentação de alguma garantia de pagamento para assim reduzir o risco de não receber o valor concedido. E, antes de conceder o empréstimo é comum os bancos avaliarem a possibilidade de pagamento de cada cliente, bem como seus bens e sua situação financeira.

Santi Filho (1997) destaca que a ficha cadastral do cliente é sua base mais importante, nela deve ser refletida a performance do eventual tomador de crédito considerando a identificação, pontualidade, existência de restrições, experiência em negócios e atuação na praça, ou seja, como se relaciona com a comunidade.

No processo em andamento podem eventualmente ocorrer eventos inesperados que dificultem a devolução de empréstimos. Caso isso ocorra, pode-se realizar uma nova negociação de acordo com situação do tomador. Santos (2000) destaca alguns alertas que devem ser monitorados pelos analistas ao longo do processo, dentre eles: a) aparecimento de apontamentos restritivos no mercado de crédito; b) deterioração de índices financeiros; c)

capital de giro negativo, descumprimento ou violação de cláusulas contratuais; d) solicitação de empréstimos urgentes ou não previstos; e) diminuição nas vendas e nos pedidos; f) venda de ativos; g) repentina sucessão administrativa; h) repentina solicitação de desvinculação de garantias acessórias do contrato de empréstimo, entre outros.

Não se pode, no entanto, acreditar que não ocorrerão perdas. Marshall (2002, p. 386) afirma que “a gerência deve estabelecer provisões formais para suas perdas esperadas de maior porte. Não fazer isto equivale a pressupor que nenhuma dessas perdas ocorrerá”. As provisões são estabelecidas de acordo com convenções contábeis ou fiscais.

### 2.3 Acordo de Basiléia

Segundo o Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia (1997) “a concessão de empréstimos é a atividade básica da maioria dos bancos. Para desenvolverem suas atividades de empréstimo, os bancos precisam fazer avaliações da capacidade de crédito dos tomadores”.

Essas avaliações dizem respeito à capacidade do tomador de honrar com seus compromissos frente ao seu empréstimo. Em se tratando de pessoas físicas são analisados seus rendimentos mensais e para pessoas jurídicas a sua lucratividade.

O Acordo de Basiléia I - Acordo de Adequação de Capital da Basiléia, surge com o objetivo de padronizar as normas de supervisão bancária relacionadas ao Patrimônio Líquido, de modo a compatibilizá-lo com o grau de risco da estrutura de ativos de uma determinada instituição financeira. Esse acordo foi firmado em 1988.

Em 2001 foi emitido um novo acordo denominado Novo Acordo de Capital de Basiléia ou Basiléia II que passou por um longo processo de discussão até ser emitido e foi estrutura sob três pilares.

O Pilar 1 refere-se ao Requerimento mínimo de capital, que segundo Martins, Oliveira e Silva (2007), diz respeito aos requisitos mínimos de capital dos bancos pelo fato dos riscos de créditos assumidos. O Pilar 2, de acordo com os mesmos autores, refere-se à Revisão do Órgão Supervisor que possui três características e o Pilar 3 diz respeito à disciplina do mercado.

De acordo com Doornik et al. (2007) este acordo surge após a crise de 1997 que levou o mercado internacional a ter consciências dos riscos presentes nos sistemas bancários.

O autor afirma que com o novo acordo “a avaliação dos riscos operacionais é incorporada ao modelo padronizado, bem como o desenvolvimento de modelos próprios pelas instituições financeiras, de forma a refletir melhor as necessidades de capital, com a respectiva anuência do órgão supervisor e pelos demais integrantes do mercado”.

### 2.4 Crise do *subprime*

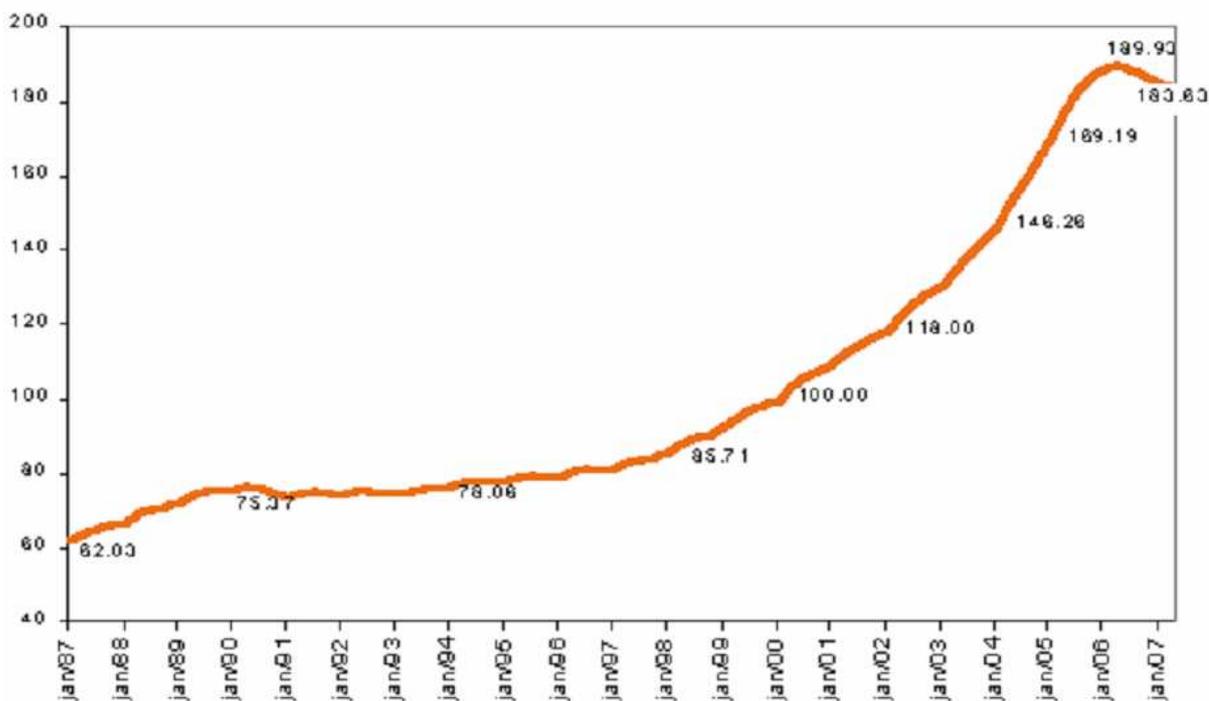
A crise do *subprime* se arrasta desde 1986 e é caracterizada por significativas perdas nos financiamentos imobiliários, que conseqüentemente ameaçam o desenvolvimento das instituições financeiras, ou seja, a sua permanência no mercado.

Conforme Greenspan (2008),

a bolha de habitação dos EU atingiu seu pico no começo de 2006 e foi seguida por uma abrupta e rápida retirada ao longo dos dois últimos anos. Desde a metade de 2006, centenas de milhares de proprietários de imóveis, alguns dos quais impelidos pela execução das hipotecas, trocaram suas casas próprias por moradias de aluguel, o que gerou um excedente de cerca de 600 mil imóveis residenciais vagos, em larga medida controlados por investidores, e estas unidades continuam a venda.

O preço dos imóveis nos Estados Unidos sofreu um aumento desde 1987 e após 2000 esses preços dispararam aceleradamente. No Gráfico 1, retirado do sítio do BNDES (2008), apresenta-se a disparada desses preços.

Gráfico 1: Evolução do Índice de Preços dos Imóveis (\*) nos Estados Unidos de 1987 a 2007 (1º Trimestre de 2000 = 100)



Fonte: S&P, Índice Nacional de Preço de Imóveis Case-Schiller *apud* BNDES (2008).

Penin (2008) destaca que

no caso em questão, o crescimento da economia norte-americana após 2001 foi sustentado pelo aumento das hipotecas, validado por uma bolha no mercado imobiliário. Uma casa avaliada em US\$ 150 mil em 1997 passou a valer US\$ 250 mil em 2005, no auge do processo. Os valores de originação de hipotecas cresceram de US\$ 2 trilhões em 2002 para 3 trilhões em 2006, passando por um pico de US\$ 4 trilhões em 2004.

O valor de um imóvel praticamente dobrou no período de 1997 a 2005 e de acordo com Lacerda (2007) “os recentes solavancos no mercado financeiro internacional, oriundos da incerteza no mercado imobiliário norte-americano denotam a complexidade do quadro econômico mundial”.

No gráfico acima se observa que a partir de 2006 o preço dos imóveis começa a cair, porém, isso não significa que a crise acabou. Os impactos gerados por esta crise permanecem e supõe-se que é necessário um período significativo para que tudo volte ao normal.

A crise do *Subprime* trouxe conseqüências para instituições espalhadas pelo mundo. A ACE e a Allianz, duas seguradoras, reduziram o seu lucro líquido. A ACE, reduziu seu lucro em 46% no primeiro trimestre deste ano, representando um lucro de US\$ 377 milhões. No mesmo período de 2007 seu lucro líquido era de US\$ 701 milhões. A maior seguradora da Europa, a Allianz, revelou perdas de US\$ 1,4 bilhão neste primeiro trimestre e ainda declarou que isto poderá comprometer as metas de médio prazo da companhia. Afirma também que o alcance das metas de médio prazo, depende do tempo no qual a crise financeira durar. Já a Transatlantic Re, que atuará como seguradora admitida no Brasil declara seu lucro líquido de US\$ 115,7 milhões neste primeiro trimestre representando um aumento de 79% em relação ao mesmo período de 2007 (GAZETA MERCANTIL, 2008).

A perda em função da crise é considerável e dependendo do tempo que se estender pode trazer prejuízos irreparáveis para as instituições financeiras que concedem crédito, bem como para seguradoras envolvidas neste processo.

A Fitch Ratings divulgou em seu relatório que os bancos estão aumentando as provisões e estão interessados em buscar soluções para a crise. “A luz da escalada dos problemas de crédito, o tema principal para o trimestre foi o aumento da provisão para cobertura dos prejuízos com empréstimos, que incitou diversas instituições a aumentarem expressivamente o capital”. Destaca ainda que “os crescentes problemas de crédito induziram bancos a elevar as provisões, não só para cobrir os prejuízos com crédito de liquidação duvidosa, mas também para reforçar a provisão para prejuízos com empréstimos”. Os reflexos da crise do *subprime* não são sentidas somente nos bancos nacionais, mas também, são sentidas por bancos americanos, conforme mostra o relatório da Fitch. O banco Citigroup, banco americano perdeu cerca de US\$ 5,1 bilhões neste primeiro trimestre de 2008 (GAZETA MERCANTIL, 2008).

A crise tende a permanecer em 2008, Torres Filho (2008) comenta que a crise do *subprime* está distante do fim por ter uma grande quantidade de empréstimos, os quais sofrerão aumento de prestações e conseqüentemente os bancos perderão ainda mais.

O mesmo autor destaca ainda que “uma das conseqüências mais claras da crise do *subprime* é o aumento da incerteza, o que se espelha em uma maior dispersão nas projeções sobre o desempenho da economia americana em 2008”.

O Brasil, segundo Exman (2008), se encontra entre os países com menor vulnerabilidade aos impactos da uma crise financeira global.

### 3 Método e procedimentos da pesquisa

Quanto ao objetivo este estudo caracteriza-se como descritivo que segundo Beuren (2004) tem como objetivo descrever características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Triviños (1987) destaca que o estudo descritivo requer uma delimitação de técnicas, métodos, modelos e teorias que orientarão a pesquisa.

Quanto aos procedimentos caracteriza-se como estudo documental pelo fato de ter como seu principal objetivo verificar as demonstrações contábeis por meio de uma análise nos relatórios de administração dos dez maiores bancos nacionais. Segundo Beuren (2004) o estudo documental que segundo Marconi e Lakatos (2006) é uma pesquisa que tem como fonte apenas documentos. Beuren (2004) comenta que as pesquisas documentais baseiam-se em fontes que ainda não foram analisados ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos do estudo. E quanto à abordagem do problema caracteriza-se como qualitativa que, de acordo com Richardson (1999, p. 80) são “estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”. Beuren (2004) destaca que pesquisas com abordagem qualitativa objetiva destacar características que não são observadas em estudos com abordagem quantitativa.

Inicialmente foi definida a base de dados para a pesquisa. Para que pudéssemos ter uma noção mais ampla, foram selecionados os dez maiores bancos nacionais. Em seguida foram baixados os relatórios anuais de administração de 2005, 2006 e 2007 de cada um dos bancos selecionados nos seus respectivos sítios. Foram analisadas nestes relatórios as provisões para risco de crédito realizadas em cada ano por meio das demonstrações contábeis e a partir desta análise construiu-se uma tabela para melhor visualização e posteriores conclusões.

### 4 Descrição e análise dos dados

O trabalho tem como objetivo a análise dos dez maiores bancos brasileiros, em relação à provisão do risco de crédito, como seguem: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú Holding Financeira S.A., Caixa Econômica Federal, Banco ABN AMRO Real

S.A., Unibanco - União dos Bancos Brasileiros S.A., Banco Santander S.A., Banco Votorantim S.A., Banco Safra S.A. e HSBC Bank Brasil S.A.. Para isso foram analisados os balanços patrimoniais dos exercícios de 2005, 2006 e 2007. É importante destacar que as provisões de riscos crédito apresentadas no final do exercício correspondem ao percentual de créditos passíveis de não recebimento no exercício posterior.

Com o intuito de facilitar a análise foi elaborada a Tabela 1 onde constam os valores das provisões realizadas pelos bancos selecionados nos respectivos anos.

**Tabela 1 - Provisões em R\$ mil dos bancos selecionados**

<b>BANCO</b>	<b>31/12/2005</b>	<b>31/12/2006</b>	<b>% de Evolução 2005 - 2006</b>	<b>31/12/2007</b>	<b>% de Evolução 2006 - 2007</b>
<b>BANCO DO BRASIL</b>	9.271.501	12.107.107	30,58%	10.898.664	-9,98%
<b>BRADESCO</b>	4.958.649	6.646.038	34,03%	7.825.816	17,75%
<b>ITAÚ</b>	4.107.176	7.430.684	80,92%	7.925.660	6,66%
<b>CAIXA ECONÔMICA</b>	4.405.834	5.120.693	16,23%	5.418.783	5,82%
<b>ABN AMRO REAL</b>	1.807.768	2.543.498	40,70%	3.146.482	23,71%
<b>UNIBANCO</b>	2.060.614	2.666.439	29,40%	2.993.675	12,27%
<b>SANTANDER</b>	106.258	1.622.124	1.426,59%	1.805.873	11,33%
<b>VOTORANTIM</b>	218.196	430.867	97,47%	565.602	31,27%
<b>SAFRA</b>	834.378	849.645	1,83%	849.785	0,02%
<b>HSBC</b>	1.568.110	1.585.470	1,11%	1.643.688	3,67%

Fonte: dados da pesquisa.

Observando a Tabela 1 é possível verificar o aumento dos valores das provisões para risco de crédito em quase todos os bancos selecionados, ocorrendo uma variação significativa da evolução dos índices entre os bancos analisados e entre um exercício e outro.

Todos os bancos analisados apresentaram um aumento em seus valores de provisão para riscos de crédito do ano de 2005 para 2006, entre os quais se destacam o banco Santander que aumentou o seu valor da provisão em 2006 em 1.426,59%. De outro lado os bancos HSBC e Safra apresentaram tímidos aumentos em seus valores provisionados. O Banco do Brasil foi o único banco a apresentar uma redução em suas provisões feitas em 2007, apesar do aumento do valor da carteira de clientes, como identificamos na Tabela 2.

Na Tabela 2 são demonstrados os percentuais das provisões de risco de crédito sobre os valores totais dos créditos.

**Tabela 2: Percentuais de Provisões sobre os Créditos em R\$ mil dos bancos selecionados**

<b>BANCO DO BRASIL</b>	<b>31/12/2005</b>	<b>31/12/2006</b>	<b>31/12/2007</b>
Créditos	<b>130.340.638</b>	<b>166.458.283</b>	<b>195.170.304</b>
Provisão de Risco de Crédito	<b>9.271.501</b>	<b>12.107.107</b>	<b>10.898.664</b>
% da Provisão de Risco de Crédito	<b>7,11%</b>	<b>7,27%</b>	<b>5,58%</b>
<b>BRADESCO</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Créditos	<b>97.804.763</b>	<b>119.414.782</b>	<b>159.913.748</b>
Provisão de Risco de Crédito	<b>4.958.649</b>	<b>6.646.038</b>	<b>7.825.816</b>
% da Provisão de Risco de Crédito	<b>5,07%</b>	<b>5,57%</b>	<b>4,89%</b>

<b>ITAÚ</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Créditos	<b>60.635.569</b>	<b>84.148.416</b>	<b>115.547.974</b>
Provisão de Risco de Crédito	<b>4.107.176</b>	<b>7.430.684</b>	<b>7.925.660</b>
% da Provisão de Risco de Crédito	<b>6,77%</b>	<b>8,83%</b>	<b>6,86%</b>
<b>CAIXA ECONÔMICA</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Créditos	<b>46.301.721</b>	<b>55.446.865</b>	<b>65.447.179</b>
Provisão de Risco de Crédito	<b>4.405.834</b>	<b>5.120.693</b>	<b>5.418.783</b>
% da Provisão de Risco de Crédito	<b>9,52%</b>	<b>9,24%</b>	<b>8,28%</b>
<b>ABN AMRO REAL</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Créditos	<b>47.071.564</b>	<b>77.937.022</b>	<b>118.887.682</b>
Provisão de Risco de Crédito	<b>1.807.768</b>	<b>2.543.498</b>	<b>3.146.482</b>
% da Provisão de Risco de Crédito	<b>3,84%</b>	<b>3,26%</b>	<b>2,65%</b>
<b>UNIBANCO</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Créditos	<b>48.576.263</b>	<b>55.532.494</b>	<b>73.680.727</b>
Provisão de Risco de Crédito	<b>2.060.614</b>	<b>2.666.439</b>	<b>2.993.675</b>
% da Provisão de Risco de Crédito	<b>4,24%</b>	<b>4,80%</b>	<b>4,06%</b>
<b>SANTANDER</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Créditos	<b>3.547.462</b>	<b>50.199.194</b>	<b>60.923.646</b>
Provisão de Risco de Crédito	<b>106.258</b>	<b>1.622.124</b>	<b>1.805.873</b>
% da Provisão de Risco de Crédito	<b>3,00%</b>	<b>3,23%</b>	<b>2,96%</b>
<b>VOTORANTIM</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Créditos	<b>14.129.047</b>	<b>18.197.634</b>	<b>27.961.553</b>
Provisão de Risco de Crédito	<b>218.196</b>	<b>430.867</b>	<b>565.602</b>
% da Provisão de Risco de Crédito	<b>1,54%</b>	<b>2,37%</b>	<b>2,02%</b>
<b>SAFRA</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Créditos	<b>21.321.510</b>	<b>24.841.178</b>	<b>29.890.282</b>
Provisão de Risco de Crédito	<b>834.378</b>	<b>849.645</b>	<b>849.785</b>
% da Provisão de Risco de Crédito	<b>3,91%</b>	<b>3,42%</b>	<b>2,84%</b>
<b>HSBC</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
Créditos	<b>22.976.790</b>	<b>28.940.330</b>	<b>38.275.359</b>
Provisão de Risco de Crédito	<b>1.568.110</b>	<b>1.585.470</b>	<b>1.643.688</b>
% da Provisão de Risco de Crédito	<b>6,82%</b>	<b>5,48%</b>	<b>4,29%</b>

Fonte: dados da pesquisa.

Por meio da análise da Tabela 2 é possível identificar que das 10 instituições analisadas, somente 6 aumentaram em 2006 o seu percentual de provisão de riscos de crédito quando comparado com o valor efetivo dos créditos a receber a curto e longo prazo. Isto demonstra pouca preocupação pelos bancos analisados com os efeitos da crise do *subprime* sobre a economia brasileira.

Paralelamente verifica-se que todas as instituições tiveram um aumento significativo nos seus valores de créditos, destacando-se os bancos Santander, ABN AMRO Real e Votorantim que tiveram os maiores índices de crescimento das carteiras de crédito.

Quando realizada uma análise geral do cenário apresentado pelas instituições, percebe-se que todos os bancos diminuíram os seus percentuais de provisão do exercício de 2006 para 2007, este evento se justifica, pois os efeitos da crise do *subprime* não se apresentaram tão intensos a partir do exercício de 2008.

**Tabela 3: Percentuais de Provisões sobre os Créditos de curto e longo prazo em R\$ mil dos bancos selecionados**

<b>BANCO DO BRASIL</b>	<b>31/12/2005</b>	<b>31/12/2006</b>	<b>31/12/2007</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Curto Prazo	<b>9,77%</b>	<b>8,08%</b>	<b>5,78%</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Longo Prazo	<b>4,57%</b>	<b>6,57%</b>	<b>5,40%</b>
<b>BRADESCO</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Curto Prazo	<b>5,37%</b>	<b>6,09%</b>	<b>5,60%</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Longo Prazo	<b>4,46%</b>	<b>4,55%</b>	<b>3,75%</b>
<b>ITAÚ</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Curto Prazo	<b>8,30%</b>	<b>8,06%</b>	<b>6,09%</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Longo Prazo	<b>3,76%</b>	<b>10,36%</b>	<b>8,26%</b>
<b>CAIXA ECONÔMICA</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Curto Prazo	<b>7,47%</b>	<b>8,74%</b>	<b>7,67%</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Longo Prazo	<b>11,57%</b>	<b>9,67%</b>	<b>8,68%</b>
<b>ABN AMRO REAL</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Curto Prazo	<b>3,99%</b>	<b>3,72%</b>	<b>2,23%</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Longo Prazo	<b>3,55%</b>	<b>2,58%</b>	<b>3,95%</b>
<b>UNIBANCO</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Curto Prazo	<b>5,01%</b>	<b>5,62%</b>	<b>4,84%</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Longo Prazo	<b>2,70%</b>	<b>3,22%</b>	<b>2,61%</b>
<b>SANTANDER</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Curto Prazo	<b>0,89%</b>	<b>0,98%</b>	<b>0,72%</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Longo Prazo	<b>4,79%</b>	<b>5,66%</b>	<b>5,61%</b>
<b>VOTORANTIM</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Curto Prazo	<b>1,84%</b>	<b>2,86%</b>	<b>3,13%</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Longo Prazo	<b>1,06%</b>	<b>1,64%</b>	<b>0,88%</b>
<b>SAFRA</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Curto	<b>4,34%</b>	<b>3,84%</b>	<b>3,48%</b>

Prazo			
% da Provisão de Risco de Crédito – Longo Prazo	<b>2,30%</b>	<b>1,81%</b>	<b>1,56%</b>
<b>HSBC</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Curto Prazo	<b>7,56%</b>	<b>6,38%</b>	<b>5,03%</b>
% da Provisão de Risco de Crédito – Longo Prazo	<b>4,25%</b>	<b>3,13%</b>	<b>2,96%</b>

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 3 mostra a porcentagem das provisões sobre os créditos de curto e longo prazo de cada uma das instituições analisadas apresentando esta porcentagem em relação a cada ano.

Em 2005 apenas a Caixa Econômica Federal e o Banco Santander possuem um percentual de provisões a longo prazo superior às de curto prazo, já as outras instituições analisadas possuem os percentuais das provisões de crédito mais significativos a curto prazo.

Em 2006 a Caixa Econômica Federal e o Banco Santander continuam mantendo o percentual de créditos de longo prazo superiores e o Itaú também passa a concentrar a maioria das suas provisões a longo prazo.

Em 2007 une-se à Caixa Econômica Federal, ao Banco Santander e ao Banco Itaú o Banco ABN Amro Real passando a provisionar 1,72% a mais que os créditos de curto prazo. O Banco do Brasil, Bradesco, Unibanco, Votorantin, Safra e HSBC mantêm os percentuais de provisões a longo prazo menores do que a curto prazo.

Pressupõe-se que os créditos concedidos a longo prazo sejam constituídos de volumes mais significativos de cada carteira, o que demandaria um maior prazo de pagamento. O crédito concedido a curto prazo, normalmente é constituído de empréstimos de valores menos significativos. Assim, o percentual das provisões de longo prazo deveriam ser superiores às de curto prazo, devido ao volume de oscilações econômicas sujeitas neste período, possibilitando menores problemas com a inadimplência. Nas instituições analisadas tal pressuposto não se confirma. A maioria dos bancos possui o percentual de provisão de riscos de crédito a longo prazo inferior às de curto prazo.

Dentro do estabelecido pela Resolução Nº 2.682/1999 do Banco Central, a instituição deverá efetuar a provisão de riscos de crédito dentro de oito níveis. De posse dos resultados coletados conclui-se que as carteiras de crédito dos bancos analisados foram classificadas dentro dos níveis de baixo risco, pois o maior percentual provisionado foi de 11,57% pela Caixa Econômica Federal sobre os seus créditos de longo prazo.

## 5 Conclusões e recomendações

O objetivo deste estudo foi verificar qual o impacto da crise do *subprime* nas provisões para risco de crédito nos dez maiores bancos nacionais. Para alcançar o objetivo foi realizada uma pesquisa documental por meio dos relatórios anuais dos bancos, disponíveis na Internet, analisando-se as demonstrações contábeis de todos os bancos selecionados. Os relatórios anuais foram baixados dos sítios dos referidos bancos.

Como primeiro passo, construiu-se uma tabela organizando-se os valores das provisões de cada banco nos três anos analisados e a evolução dos valores ao longo desse período.

Posteriormente, foi verificada a evolução dos índices de provisões de riscos de crédito entre os períodos analisados, identificando-se uma preocupação de 60% das instituições em aumentar as suas provisões no exercício de 2006, considerado ápice da crise do *subprime*. No

exercício de 2007 ocorreu uma diminuição nos índices de provisão em todos os bancos, refletindo a redução do impacto da crise do *subprime* na economia brasileira.

Em um terceiro momento foi realizada uma análise dos percentuais das provisões de riscos de crédito a curto e longo prazos, identificando-se pouca preocupação no aumento do índice em relação aos prazos de recebimento dos direitos.

Concluindo-se a análise, foi possível constatar que ocorreu pouca influência da crise do *subprime* no tratamento dos créditos dos bancos analisados, reflexo do baixo impacto desta crise na economia brasileira, pela confiança do mercado na estabilidade econômica do país e na capacidade atual do Brasil de mitigar os efeitos em nossa economia das crises que se originam no ambiente internacional, o que não tem ocorrido em outros países desenvolvidos ou emergentes.

Recomenda-se para futuras pesquisas, uma análise dos critérios utilizados para o cálculo das provisões para risco de crédito a curto e longo prazos nas instituições financeiras brasileiras.

## Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Resolução nº 2.682/1999**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 05 de ago. 2008.

BASEL COMMITTEE ON BANKING SUPERVISION. **Core principles for effective banking supervision**. Basle: September, 1997. Disponível em: <<http://www.bis.org/publ/bcbs30a.pdf>>. Acesso em: 14 de jun. 2008.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros. **Resenha BM&F: BM&F completa 22 anos**. V. 175. Disponível em: <<http://www.bmf.com.br>>. Acesso em: 20 de jul. 2008.

BUENO, D. & REUTERS. **Subprime reduz lucro da Ace e da Allianz**. Gazeta mercantil. São Paulo e Nova York, 2, 3 e 4 de maio de 2008, B1, maio, 2008.

CAOQUETTE, J. B. et al. **Gestão de risco de crédito: o próximo grande desafio financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

COMITÊ DE SUPERVISÃO BANCÁRIA DA BASILÉIA. **Os princípios essenciais da Basiléia**. Tradução e editoração eletrônica de Jorge R. Cavalheira. Banco Central do Brasil, 2000.

CROUHY, M.; GALAI, D.; MARK, R. **Gerenciamento de Risco: Abordagem Conceitual e Prática: Uma Visão Integrada dos Riscos de Crédito, Operacional e de Mercado**. Rio de Janeiro: Qualitymark, São Paulo: SERASA, 2004.

DOORNIK, B. F. N. V. et al. **Transparência das demonstrações contábeis no Brasil após o Acordo de Basiléia 2: um estudo temporal dos dez maiores bancos do país**. In: 31º Encontro da ANPAD. 22 a 26 de set. 2007.

EXMAN, F. **Países europeus estão mais vulneráveis do que os EUA**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 18 mar. 2008. Caderno A, p. 12

GREENSPAN, Alan. **Jamais teremos um modelo perfeito de risco**. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 mar. 2008. Caderno B, p. 6.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da contabilidade**. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 1. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E.R. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável às demais sociedades**. FIPECAFI, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

JÚNIOR, A. B. L.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S.. **Administração financeira: princípios, fundamentos e práticas brasileiras**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002.

LACERDA, A. C. de. **Uma crise ou um ajuste nos mercados**. Gazeta Mercantil, São Paulo, 02 ago. 2007. Caderno A, p. 3, col. 1- 4.

MARION, J. C. **Contabilidade empresarial**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARSHALL, C. **Medindo e gerenciando riscos operacionais em instituições financeiras**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

MARTINS, G. R.; OLIVEIRA, E. C. de; SILVA, A. C. B. da. **Adequação de capital sobre a perspectiva do Acordo Basileia II: estudo em instituições bancária brasileiras**. In: 31º Encontro da ANPAD. 22 a 26 de set. de 2007.

PENIN, G.; FERREIRA, T. T. **Evolução recente da crise do subprime: indicadores, reações e perspectivas**. Boletim da FIA-Fundação Instituto de Administração da USP. Maio/2008.

REDAÇÃO – SÃO PAULO. **Ficht: ajustes podem dar certo**. Gazeta mercantil. São Paulo. 15 de maio de 2008, B1, maio, 2008.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTI FILHO, A. de. **Avaliação de risco de crédito: para gerentes de operações**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANTOS, J. O. dos. **Análise de crédito: empresas e pessoas físicas**. São Paulo: Atlas, 2000.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de crédito: concessão e gerência de empréstimos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

TORRES FILHO, E. T. **Entendendo a crise do subprime**. BNDES: Visão do desenvolvimento, nº 44, 2008. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visao/visao\\_44.pdf](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/visao/visao_44.pdf)>. Acesso em: 16 de jun. 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1997.